

ATA DA 047ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - João Amin - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, inicialmente, quero registrar a presença do sr. Oscar De Bona, ex-governador de Belluno, na Itália, e atual presidente da Feira de Longarone. A pedido de alguns deputados e, inclusive, deste deputado, já com a autorização da Presidência, haverá a suspensão da sessão por até 15 minutos, justamente para que possa fazer a exposição dos seus projetos, das suas intenções, enfim, aumentar ainda mais as relações sociais e comerciais entre a Itália e o Brasil.

Gostaria de saudar também o sr. Cosme Polêse, eminente presidente da SC-Gás, que está na Assembleia acompanhando os nossos trabalhos e também uma atividade relativa à distribuição de gás no estado de Santa Catarina.

Mas quero dedicar uma parte do meu pronunciamento a Udesc, cumprimentando todo o corpo discente. A Udesc está comemorando, nesta semana, 50 anos de fundação e de participação desta universidade estadual no desenvolvimento social, econômico e político de Santa Catarina.

Portanto, em nome do reitor, Antônio Heronaldo de Sousa, e do vice-reitor, Marcus Tomasi, cumprimento esta universidade que ontem, por uma iniciativa do deputado Leonel Pavan e com a aprovação dos parlamentares, foi homenageada no plenário da Casa, em nome de seus representantes atuais.

Hoje, Santa Catarina é um estado que se destaca do Brasil por vários fatores. E um deles é as iniciativas na educação. Por exemplo, o Sistema Acafe, que hoje tem mais 160 mil alunos matriculados, foi uma iniciativa do estado de Santa Catarina. E a Udesc, que é a universidade do estado, serve como referência em vários setores. E a contribuição que ela tem dado para o estado é muito grande.

Fui deputado federal de 1995 a 2004, e em 2000 o governo de Santa Catarina precisou fazer uma grande requalificação dos professores de Santa Catarina justamente porque cerca de 16 mil alunos bem formados, que tinham feito a licenciatura curta em Pedagogia - e professores que, pela sua experiência, ministravam as aulas corretamente -, não tinham a licenciatura plena.

Por uma determinação do ministério da Educação foi dado um prazo. Então, a partir de 2007, em todos os estados do Brasil, os professores que ainda tivessem licenciatura curta não poderiam mais continuar dando aula.

Assim, o governo tentou buscar uma alternativa para que esses que professores que tinham a licenciatura curta pudessem completá-la e se readequar às exigências do ministério da Educação.

E o grande instrumento que o governo usou para resolver essa questão foi a Udesc. Foram 16 mil alunos que se formaram através da Udesc - e foi a maior formatura de todos os tempos do Brasil e, naturalmente, de Santa Catarina -, e o estado deixou aqueles professores em condições de continuar dando aula.

Faço este comentário justamente porque na ocasião a Udesc não teria como bancar, com o orçamento que tinha, essa complementação, porque se tratava, na verdade, de uma faculdade de três, quatro anos. Optaram por fazer a faculdade de Pedagogia à distância, com uma parte presencial. E esses professores teriam que contribuir com parte do grande custo para poder viabilizar isso, apesar da Udesc ser uma faculdade pública.

Eu era deputado federal e tentei, através do fórum parlamentar, viabilizar uma verba grande para poder atender a todos, mas não foi possível. Então, destinei a totalidade da cota das minhas verbas. Hoje, um deputado federal, ao menos era assim no ano passado, pode distribuir R\$ 15 milhões para atender às necessidades das prefeituras e várias necessidades, conforme a lei. Ele não carrega no bolso, apenas autoriza o encaminhamento dessa verba.

O deputado, na época, também tinha uma cota, que era parecida com essa. Assim, destinei aquele valor totalmente para a Udesc por dois anos consecutivos, e se fosse hoje aquele valor corresponderia a R\$ 30 milhões. Com isso, a Udesc conseguiu formar os 16 mil professores que, na ocasião, chamávamos de professor aluno ou aluno professor.

E o mais interessante é que nesse tempo todo em que exercemos uma função política - e a maioria das vezes como deputado -, quando distribuimos verbas para fazer algumas obras, naturalmente que elas marcam na cidade por algum tempo. A verba que foi distribuída para a Udesc, e auxiliou a complementação daquele curso, marcou no estado inteiro e ainda hoje, passados 15 anos, em eventos grandes dos quais participamos em qualquer cidade de Santa Catarina, sempre encontramos professores

que foram, na época, os alunos que fizeram aquela faculdade. Para nós é uma grande gratificação ter podido contribuir, e o grande instrumento foi a Udesc.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Quero cumprimentar v.exa. pela homenagem feita à Udesc, que é justa e merecida pelo trabalho relevante que presta à educação catarinense, sem dúvida nenhuma.

Agora, eu também gostaria de fazer uma referência rápida a respeito de um assunto levantado, ontem, pelo deputado Mauro de Nadal e por este deputado, através de aparte, também. Nós precisamos fazer com que o ensino universitário seja revisto e que a Udesc possa prestar mais serviços no oeste de Santa Catarina. Da serra catarinense e parte do norte do estado para lá praticamente não existe o ensino público. E o Sistema Acafe surgiu exatamente para preencher essas lacunas que o ensino público não conseguiu atender no setor universitário.

Então, esse modelo é injusto. Não é justo que alguns consigam o ensino de graça e outros tenham que pagar por ele, e pesadamente. Muitos alunos iniciam uma faculdade e não podem mais concluir o curso por problemas financeiros e outras questões.

Portanto, vamos parabenizar a Udesc, mas vamos também olhar na direção de que o ensino universitário seja contemplado em todo o estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Natalino Lázare! Vou anexar a sua observação ao nosso pronunciamento.

Quero, mais uma vez, destacar a importância da universidade estadual que, naturalmente, não pode atender a todas as necessidades, mas faz um esforço para isso. E, sem dúvida nenhuma, é uma grande referência no estado e no Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero fazer uma saudação ao sr. presidente, aos srs. deputados e a todos que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital.

Eu volto, hoje, a esta tribuna para tratar de um assunto que nos últimos dias tem impactado muito o nosso estado: a imigração de haitianos e de pessoas de outros países. Trabalhadores e trabalhadoras escolhem o nosso estado e o nosso país para se acomodar, e nós, da comissão de Direitos Humanos, estamos acompanhando esse movimento de perto.

Mas antes de abordar este assunto, quero dizer que fiz referência, ontem, sobre o tema da reforma política que está em debate na Câmara dos Deputados, colocando a nossa posição e divergências sobre o que está sendo discutido e que, na nossa avaliação, não mexe profundamente no grande desafio que, nas ruas, a sociedade coloca para lideranças políticas, empresários e entidades que acompanham a política de perto e até financiam essa campanha.

Tivemos a votação, na Câmara, do fim da reeleição e uma mudança também na questão do financiamento de campanhas. Esse foram os dois pontos, na minha avaliação, mais impactantes. Quanto ao financiamento de campanhas, na nossa avaliação não mudou praticamente nada, porque continua com esse modelo de financiamento empresarial das campanhas.

O nosso partido votou contra porque estamos discutindo o fim do financiamento privado empresarial das campanhas. Entendemos que alguns estão fazendo discurso ao dizer que se vai diminuir a corrupção no Brasil. Se não resolvermos esse problema, que está justamente vinculado ao financiamento da campanha - e para depois pegar obras públicas e superfaturamento de obras...

Então, não temos nenhuma perspectiva de que com este modelo de financiamento resolveremos essa questão. Pelo contrário, o que vimos nas últimas

eleições foi cada vez mais os grandes grupos econômicos financiarem políticos para se beneficiarem depois nos espaços públicos.

Então, não temos nenhuma dúvida e vamos continuar a nossa luta com a OAB, CNBB e os movimentos sociais para que possamos, de uma vez por todas, acabar com o financiamento privado de campanha e avançar no combate à corrupção no nosso país.

Ontem eu falava aqui que o Supremo Tribunal Federal já tem uma decisão, porque seis ministros já votaram pelo fim do financiamento privado das campanhas. E o ministro Gilmar Mendes sentou em cima no pedido de vista e não larga, porque se ele largar... É claro que não gostaríamos, de forma alguma, que o Supremo legislasse sobre isso. Mas, se a Câmara não decidir - e a sociedade está cobrando -, com certeza o Supremo terá que tomar uma decisão, a partir de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade da OAB encaminhada para o Supremo Tribunal Federal.

Mas, sr. presidente, quero tratar de outro tema, ou seja, a vinda de haitianos e de pessoas de outros países, como o Senegal, para Santa Catarina e o Brasil.

Quero deixar registrado que os fluxos migratórios no mundo, especialmente no sistema capitalista, que sempre tem os excluídos dos seus territórios, que vão de um lugar para outro... Eu sempre gosto de frisar que também sou fruto dessa migração de alemães, que vieram para o Brasil quando a Europa passava grandes crises, guerras. E o povo veio para o Brasil, ou foi para outros países, inclusive, buscar uma vida melhor. Assim como os alemães, vieram italianos, poloneses, espanhóis e pessoas de tantas outras etnias e gerações. Também vieram os africanos, mas em uma situação perversa: para serem escravos no Brasil.

O Brasil e o mundo sempre viveram esses grandes momentos de migração. E tivemos, inclusive, muitos catarinenses de várias regiões do estado que, em épocas de grande crise e desemprego - nos anos 90, no Brasil, o índice de desemprego chegou a mais de 20% -, foram tanto

para a Europa, quanto para os Estados Unidos e para outras regiões pelo mundo afora.

Então, entendemos isso como algo normal. Agora, o que estamos acompanhando e debatendo? É a condição em que essas pessoas chegam no Brasil. Porque os brasileiros também foram acomodados e acolhidos em outros países com certeza com dignidade e respeito, alguns mais, outros menos.

Os acordos internacionais que temos - inclusive a missão brasileira foi para o Haiti ajudar na recuperação daquele país devido às grandes catástrofes ambientais e também a problemas econômicos que lá ocorreram - fazem parte também dessa possibilidade de acolher esse povo para trabalhar no Brasil.

Mais importante que isto, é que o Brasil, hoje, transformou-se numa perspectiva para muitos trabalhadores e trabalhadoras do mundo. E não podemos, como diz o ditado popular, tapar o sol com a peneira, porque estamos sofrendo pressão por parte de empresas para buscar esses trabalhadores para trabalharem no nosso estado. Tivemos representantes de empresas do oeste catarinense que foram até o Acre buscar esses trabalhadores para vir trabalhar em empresas de Santa Catarina. Isto é muito bom porque são trabalhadores e trabalhadoras que vêm prestar serviço, e são pessoas sérias e dedicadas ao seu trabalho.

Há milhares de pessoas em Santa Catarina, em todas as regiões: na Grande Florianópolis, Criciúma, Chapecó, Nova Erechim, São Miguel d'Oeste. Enfim, temos trabalhadores em vários municípios, especialmente porque, hoje, felizmente, a nossa juventude já pode fazer a sua opção de trabalho, no que quer trabalhar, o que quer fazer. O Brasil está gerando uma nova opção de trabalho para os trabalhadores, especialmente no sul, em Santa Catarina, onde há algumas bases que são extremamente atraentes na perspectiva de emprego, seja na agricultura, na construção civil, no setor moveleiro ou em outras áreas.

Então, para acompanhar isso de perto, fomos até o ginásio onde estão sendo recebidas essas

pessoas. E algumas delas já foram para o Rio Grande do Sul e para outras regiões. Há informações de que mais trabalhadores chegarão nos próximos dias.

Nós, da comissão de Direitos Humanos, queremos acompanhar essa questão de perto. Essas pessoas têm grandes desafios: a questão da saúde, de estarem em dia com vacinas para não transmitir doenças; a questão da Carteira de Trabalho - e o superintendente Douglas Mello está acompanhando, assim como a própria secretária de Assistência Social do município. Portanto, estamos atuando em todas as questões referentes a esse caso.

Queremos acompanhar a Associação dos Haitianos de Santa Catarina quando de sua Isa a Brasília para audiências com o governo federal, com o ministério da Justiça e com a Embaixada da Haiti em Brasília, para que se possa debater cada vez mais e acompanhar de perto esse tema.

Outra questão é que vamos realizar no dia 24 de junho, nesta Casa, uma audiência pública para discutir a situação dos haitianos e demais imigrantes que estão chegando de outros países.

Esta Casa tem a responsabilidade de acompanhar isso de perto e discutir também os direitos humanos dessas pessoas, porque quando esses trabalhadores vêm contribuir com o desenvolvimento do nosso estado, trabalhar nas nossas empresas e prestar serviços, eles têm, por outro lado, o direito de ser bem tratados, ter boa remuneração e ter os seus direitos sociais garantidos.

Então, era isto, sr. presidente, que eu queria registrar neste dia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Breves Comunicações, deputado Luiz Fernando Vampiro, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Bom-dia, sr. presidente, srs. deputados, público presente nesta Casa, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e servidores da Casa!

Primeiro, vou fazer um relato, sr. presidente, com relação à audiência pública que aconteceu ontem, no plenarinho da Assembleia Legislativa, promovida pela comissão de Turismo e Meio Ambiente, para tratar efetivamente do gerenciamento costeiro do município de Jaguaruna, no sul de Santa Catarina.

Há que se considerar que Jaguaruna, ao lado de Laguna e próximo, efetivamente, de Balneário Rincão, é um município que tem mais de 41km de margem litorânea, margem essa acometida, obviamente pelas suas riquezas naturais, com APA da Baleia Franca, Área de Preservação Permanente, área de marinha. E lá tem-se consolidado, desde 1970, 1980, vários balneários, como Campo Bom, Esplanada, Camacho e outros, que, efetivamente, têm sido constituídos através de uma ocupação ora regular, através de uma construção com loteamentos regulares, e também clandestinos de uma forma muito intensa.

Participou dessa audiência pública toda a bancada do sul de Santa Catarina. A comissão, muito bem presidida pelo deputado estadual Gean Loureiro, realizou uma audiência pública de resolutividade. Não há dúvida nenhuma de que a presença da UFRGS, através do professor Nelson - e ele faz um estudo da localidade, tratando, obviamente, dos quesitos naturais num plano diretor ambiental, e cuidando, efetivamente, da parte geopolítica e geográfica da região -, foi muito importante.

Mas gostaria de consolidar a presença, na audiência, de Daniel Rencken, procurador da República - e ele impetrou inúmeras ações civis públicas acerca dessas ocupações -; do deputado Ricardo Guidi, vice-presidente da comissão de Turismo - e ele estava presente atuando de forma intensa -; e dos deputados Cleiton Salvaro, Valmir Comin e Rodrigo Minotto. Enfim, todos nós fizemos, efetivamente, a nossa parte nessa audiência pública que considero a mais proveitosa da Casa. E não há dúvida nenhuma disso quando se tem uma audiência pública com a presença maciça de

moradores nativos, veranistas e de pessoas interessadas na solução.

O município de Jaguaruna foi representado através do vice-presidente da Câmara de Vereadores. Também estiveram presentes os vereadores do município de Jaguaruna na sua totalidade; a vereadora Nega, de Cocal do Sul; os vereadores de Morro da Fumaça e de todos aqueles municípios que, efetivamente, têm interesse de veraneio ou algum tipo de investimento naquela localidade.

Quero dizer que muitos têm que avançar, não há dúvida nenhuma disso. Existe uma situação em relação ao pagamento do estudo da UFRGS, elaborado na ordem de R\$ 40 mil, que é do Fepema e iria passar ontem na reunião para haver esse pagamento e entregar esse estudo integral para que seja implementado ou através da secretária de Desenvolvimento Sustentável ou através de outra secretaria pertinente, mas obviamente que teremos que fazer investimentos, não há dúvida nenhum disso, principalmente no trato hidrosanitário em algumas situações.

Mas gostaria de ressaltar a importância de uma audiência pública quando ela é bem construída e consolidada, quando as pessoas participam, quando os convites são bem elaborados e quando tem consistência, efetivamente.

Então, gostaria de fazer o registro de reconhecimento, em meu nome e em nome da bancada do sul de Santa Catarina, a v.exa., deputado Gean Loureiro, que é presidente da comissão, e ao deputado Ricardo Guidi, que é vice-presidente, pela brilhante audiência pública que aconteceu ontem.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Deputado Luiz Fernando Vampiro, inicialmente, quero cumprimentar v.exa. pelo seu pronunciamento.

Acredito que o papel da comissão de Turismo e Meio Ambiente seja verdadeiramente abrir o debate

e realizar os encaminhamentos. Entretanto, a grande presença de deputados estaduais; de praticamente toda bancada do sul do estado de Santa Catarina; de todos os integrantes da comissão de Turismo e Meio Ambiente; da bancada municipal de Jaguaruna; da representação do Ministério Público Federal; do governo do estado; e dos pesquisadores da universidade, permitiu um amplo debate.

E muito mais do que ser uma audiência em que cada um dá o seu ponto de vista, encerra-se e não há um encaminhamento, lá houve uma grande e expressiva participação, com o conhecimento verdadeiro dos fatos que estão ocorrendo e da necessidade de regularização fundiária no município, tendo um plano de gerenciamento costeiro e definindo as formas dos novos licenciamentos para aqueles que moram e veraneiam em Jaguaruna - e isso afeta praticamente todos os moradores de municípios do sul do estado que para lá se dirigem na temporada de verão -, além de muita coerência.

Quero dar os parabéns ao procurador do Ministério Público Federal, Daniel Rencken, que lá, com coerência, entendeu que, muito mais que ingressar com uma ação civil pública, a busca da conciliação é mais importante, definindo critérios, evitando novos impactos ambientais e, evidentemente, tendo um regramento para aquela utilização.

A prefeitura se envolveu, assim como também o Instituto de Meio Ambiente local e a Fundação do Meio Ambiente - Fatma. Ou seja, temos vários atores participando do processo e, obviamente, que a visita da comissão de Meio Ambiente, *in loco*, no município de Jaguaruna, juntamente com v.exas., foi muito importante. Essa reunião aconteceu por sugestão de v.exa., que participou da audiência em que foram chamados todos os atores para que lá houvesse definitivamente um regramento para que os investimentos possam ocorrer e para que a regularização daqueles imóveis e loteamentos que estão irregulares e clandestinos também possa ocorrer, evitando um dano ambiental maior, mas

permitindo o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável daquela região.

Por isso, quero agradecer aos integrantes da comissão, em nome do deputado Ricardo Guidi, vice-presidente e também um deputado representante do sul do estado; a todos que participaram efetivamente daquele debate; e a v.exa., que traz o assunto à tribuna, repercutindo o tema. E tenha certeza de que quem ganha com isso é o meio ambiente e o turismo do nosso estado. Não é apenas o sul do estado, porque a deliberação que acontecer para o município de Jaguaruna vai-se transformar numa referência, num *benchmarking* para todas as regiões em que se unem forças de todas as entidades e busca-se uma solução para o desenvolvimento do litoral catarinense e de toda Santa Catarina.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Muito obrigado, deputado Gean Loureiro. V.Exa. é um deputado que, além de ter cinco mandatos de vereador, tem uma larga experiência como deputado federal. E foi presidente da Fatma num período em que revolucionou algumas ações técnicas nesse sentido.

Mas gostaria também de aproveitar o ensejo, deputado Mario Marcondes, para fazer um convite à bancada do sul de Santa Catarina - e estão presentes aqui os deputados Cleiton Salvaro e Ricardo Guidi - para hoje, às 11h, participar de uma reunião no comando da Polícia Militar de Santa Catarina e fazer uma reivindicação que é muito justa.

Não há dúvida nenhuma de que já foi massificada nesta tribuna a onda de criminalidade no sul de Santa Catarina, principalmente em relação a alguns homicídios dolosos de forma muito intensa - hoje completam 30 dias, por exemplo, da morte da Mirella, que foi um caso muito comumente no sul de Santa Catarina, e não somente este, mas também inúmeros outros casos.

Então, hoje, às 11h, a bancada do Sul de Santa Catarina terá uma reunião com o comandante-geral da Polícia Militar para reivindicar a reposição do

efetivo, que isso é uma reivindicação antiga da comunidade sulista; mais viaturas, ou seja, a renovação da frota; e, principalmente, uma pauta única exclusiva, que é a instalação de uma base aérea do sul de Santa Catarina, que precisamos urgentemente.

Lages tem a sua, Joinville tem a sua, Florianópolis tem a sua, e o sul de Santa Catarina, a região da Amesc, Amurel e Amrec, não têm qualquer tipo de equipamento moderno que possa dar a sensação de segurança e ser muito útil nas perseguições, nos resgates, no transporte de órgãos.

Enfim, precisamos, efetivamente, de uma base área no sul de Santa Catarina. O espaço físico nós já temos! O campo de futebol da Polícia Militar é um local mais que adequado, dentro da propriedade do governo do estado de Santa Catarina. Mas gostaríamos de sensibilizar o governo do estado, por meio do governador Raimundo Colombo e do vice, Eduardo Pinho Moreira; do secretário César Grubba; e do comandante da Polícia Militar, para que tenhamos uma base área, ou seja, um helicóptero da Polícia Militar para que nos ajude e contribua com a melhoria da segurança pública no sul de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados PCdoB.

Com a palavra o deputado Cesar Valduga, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Sr. presidente, srs. deputados e população do estado de Santa Catarina, venho à tribuna para, primeiramente, parabenizar v.exa. pela atitude, no dia de ontem, de homenagear a nossa querida Udesc, a Universidade do Estado de Santa Catarina.

A sessão especial foi devidamente merecida, pela história, pela luta e por todos aqueles que passaram pela nossa querida Udesc, uma universidade que acolhe pessoas de todas as etnias

e miscigenações do estado de Santa Catarina. Deputado Dalmo Claro, ela é a primeira universidade pública, gratuita e, muito importante aqui frisar, de qualidade.

Ontem, falando com o reitor da universidade, Antonio Heronaldo Sousa, ele manifestou todo carinho e apreço por este Parlamento e todos os deputados. Aquele momento foi encampado pelo deputado Leonel Pavan, que presidiu com muita firmeza a sessão de homenagem, tão merecida, à nossa Universidade do Estado de Santa Catarina.

Ela é uma universidade que vem desenvolvendo, através do seu plano de ação, a sua expansão em todo o estado. É uma universidade que não ficou apenas na capital, mas interiorizou-se, foi para as regiões longínquas do estado com os seus polos educacionais e cursos a distância, deputado Luiz Fernando Vampiro.

Então, sem dúvida nenhuma, a nossa Udesc está de parabéns, assim como estão de parabéns todos aqueles que deixaram o seu legado: reitores, pró-reitores, educadores e colaboradores dessa importante Universidade do Estado de Santa Catarina, dentre outras universidades que também temos. Mas é preciso destacar, de forma especial, que ela foi a primeira que implantou no estado o ensino público gratuito e de qualidade. E vem trabalhando, há muito tempo, na inovação tecnológica, levando oportunidade também ao homem do campo, através dos cursos de Zootecnia, Direito e Veterinária, em Lages, Xanxerê e Chapecó.

Gostaria de dizer que a comissão desenvolveu um bom trabalho ao discutir a importância da nossa universidade, a valorização dos seus profissionais e educadores, também com a participação, o envolvimento, essa sinergia, esse *link* que acontece entre governo do estado, Assembleia Legislativa e a Universidade do Estado de Santa Catarina.

Não poderia deixar de registrar este momento importante: 50 anos da Udesc no estado de Santa Catarina, pelo trabalho, presteza e contribuição na educação do estado, através da nossa população.

Então, gostaria parabenizar todos os seus docentes, professores, educadores, e também toda população do estado de Santa Catarina, porque nos orgulha, e muito, ter a Udesc como uma grande parceira na educação do estado de Santa Catarina, e não apenas na educação, mas também na inovação, pensando no futuro do nosso estado.

Ao fazer este registro, queremos parabenizar o deputado Leonel Pavan, que presidiu a sessão especial de homenagem, e meritória, àqueles que fazem a história e a educação do nosso estado.

Muito obrigado, sr. presidente! Parabéns a todos os deputados que no dia de ontem, de forma unânime, aprovaram o PL que retribui a verdadeira vocação que a nossa Udesc desenvolve no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Frente Renovação - PSB, PR, PPS.

Com a palavra o deputado Natalino Lázare, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, eu ocupo esta tribuna para fazer uma menção especial a uma reunião, protagonizada pela comissão de Agricultura, na última semana, e agradecer a presença, naquele evento, dos deputados Dirceu Dresch e Gabriel Ribeiro.

Foi uma reunião memorável, eu assim considero, com todas as organizações produtivas do agronegócio catarinense, com destaque para Ocesc, Faesc, Fetaesc, Fecoagro. Enfim, estavam presentes representantes dos sindicatos e das associações ligadas a esse importante setor da economia, que é o agronegócio.

Gostaria de fazer uma menção especial a essa reunião, porque naquela oportunidade foi proposta pela comissão de Agricultura a criação do Fórum do Agronegócio Catarinense, com a finalidade de estabelecer um contato entre esta Casa e o agronegócio catarinense. Essa proposição foi

aceita, aprovada e não tenho nenhuma dúvida de que será mais um instrumento importante na direção de, cada vez mais, dar condições para que aqueles que produzem e industrializam interajam e façam com que a nossa economia primária, o alicerce do setor produtivo, que é a agricultura, seja cada vez mais desenvolvida.

Por isso, faço um agradecimento especialíssimo a todas essas entidades que estiveram presentes na reunião, e um agradecimento especialíssimo à comissão de Agricultura, pela ideia que teve.

Quero também registrar que, sem dúvida nenhuma, a agricultura catarinense representa, hoje, 20% do PIB. E a maior parte da agricultura, o agronegócio, evidentemente está situada no oeste de Santa Catarina.

Temos que enaltecer aqui esses profissionais. Eu tive oportunidade de conversar com eles durante o encontro e pude perceber quantos entraves burocráticos existem produzidos pelo setor público, e que, às vezes, impedem que esse negócio tenha mais celeridade. E a responsabilidade, na minha opinião, dos deputados e desta Casa é exatamente lutar sempre para desburocratizar cada vez mais esses entraves que impedem um maior crescimento da nossa agricultura, do agronegócio catarinense.

Nós não podemos nos iludir, pois a agricultura é, sem dúvida nenhuma, o primeiro alicerce da economia, porque é o agronegócio que produz o alimento, que produz a vida. E tanto quem produz, como quem comercializa, precisa, e deve, ser assistido pelos órgãos de governo.

Nós sabemos que em Santa Catarina, felizmente, o nosso governador; a secretaria de Agricultura, muito bem conduzida pelo deputado Moacir Sopelsa, e todas as suas filiadas, como Epagri, Cidasc; e todos os órgãos que trabalham nessa área têm feito um grande esforço para dar esse suporte. Mas ainda temos muito que avançar, como, por exemplo, no seguro agrícola e na condição logística. Nós temos que melhorar a energia elétrica, levar a *internet* e melhorar as estradas. E nessa direção, ainda, eu gostaria de ressaltar que essa foi uma

das grandes reivindicações daquele encontro, ou seja, melhorar as condições viárias dos agricultores, a estrada do homem do campo.

Fui prefeito duas vezes de uma pequena cidade, Arroio Trinta, do que me orgulho muito, e aprendi ainda com o meu pai - e está escrito na "Bíblia", entre aspas - que a principal missão de um prefeito é arrumar as estradas e dar condições de trafegabilidade à população. Muitas vezes o homem do campo vê dificultada a sua atividade no sentido do escoamento da sua produção, porque não existem estradas adequadas.

Então, quando se fala em criar condições para que os prefeitos possam, efetivamente, melhorar as estradas, acho importante e defendo isso com veemência.

Por isso, mais uma vez, agradeço de maneira sensibilizada, a todos esses órgãos, tendo em vista as sugestões que nos deram. E o fórum permanente criado será um elo entre esta Casa, os produtores e todos que participam do agronegócio, para fazer com que a agricultura de Santa Catarina continue sendo um alicerce na economia catarinense e que se possa proporcionar melhores condições de vida para o homem do campo.

Repito: o homem público tem que trabalhar na direção de criar satisfação às pessoas. Se dermos condições a quem produz, se o agricultor puder produzir com tranquilidade, ele irá oferecer produtos de qualidade para que a população brasileira e mundial consuma - porque exportamos para o mundo inteiro. E, sobretudo, vai estabelecer um clima agradável, deixando de lado a palavra crise para criar novas alternativas, e que também é o nosso foco na comissão de Agricultura, e novos empreendimentos para que a economia catarinense continue crescendo e sendo um orgulho para Santa Catarina e o país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista - PP, PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do Bloco Social Progressista que queiram fazer uso da palavra neste momento, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSD que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados e estimado povo catarinense que acompanha esta sessão, quero repercutir nesta tribuna um fato importante que está acontecendo, hoje, em Paris, na França, que tem relação direta com o estado de Santa Catarina, já que na assembleia da OIE - Organização Internacional de Epizootias -, que trata de saúde animal, está sendo feita uma cerimônia de entrega de um certificado a Santa Catarina como um estado livre da peste suína. Os estados de Santa Catarina e Rio grande do Sul estão recebendo esta certificação e trata-se de um momento especial para este estado.

Quero aproveitar também para destacar a importância desse fato para Santa Catarina, especialmente porque este estado é o maior produtor nacional de carne suína, com uma produção em torno de 850 mil toneladas.

O segundo registro que gostaria de fazer a respeito dessa questão importante é no sentido de destacar o trabalho realizado pelos servidores da Cidasc na área da vigilância sanitária animal. Para impedir a contaminação de rebanhos, a Cidasc mantém as barreiras sanitárias permanentes nas divisas do nosso estado, sendo que, hoje, Santa Catarina conta com 63 das referidas barreiras.

Portanto, faço esse destaque aos trabalhadores da Cidasc.

Queria também destacar esse importante trabalho feito no país e nos estados, já que, hoje, a produção de alimentos é uma das questões mais importantes no mundo inteiro. Cada vez mais os países, em função de não poder estabelecer barreiras comerciais, pelas determinações da Organização Mundial do Comércio, estabelecem, para limitar importações, barreiras sanitárias. E por isso, mais do que nunca, temos que estar atentos à questão sanitária da produção dos nossos alimentos.

O fato de Santa Catarina, junto com o Rio Grande do Sul, estar livre da peste suína, conforme a certificação da OIE, traz um alento maior ainda para aumentarmos as exportações brasileiras, especialmente catarinenses.

Juntos, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, respondem por 68% das exportações nacionais da carne suína. Então, isso dá para termos ideia realmente da importância dessa certificação.

A peste suína é uma doença hemorrágica que atinge apenas os suínos, sem a possibilidade de transmissão ao ser humano. Mas, apesar de haver essa questão de não ser transmitida, é uma exigência que o estado não tenha essa peste, e o fato de Santa Catarina ter esse certificado representa um caminho mais aberto ainda para as nossas exportações.

Portanto, quero destacar isso até porque na semana passada constituímos aqui uma Frente Parlamentar da Suinocultura Catarinense, e creio que este ato, esta semana, em Paris, é um motivo de comemoração para todos nós, catarinenses.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Gostaria, realmente, de cumprimentá-lo pela lembrança. Não foi citado ainda aqui esse fato tão importante para a sanidade animal. E, como v.exa. bem destacou, todos os órgãos do governo ligados a esse setor merecem realmente os parabéns.

Por isso, meus cumprimentos a v.exa. pela lembrança, pois é mesmo merecida essa homenagem.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado, deputado Natalino Lázare.

Eu quero fazer minhas as palavras da ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que declarou que o reconhecimento internacional da zona livre de peste suína clássica demonstra a responsabilidade e o cuidado que o Brasil tem mantido na área da defesa sanitária.

Assim, espero que esses cuidados permaneçam, intensifiquem-se e que possamos continuar produzindo alimentos para o Brasil e também, quando houver excedente, para a exportação, já que isso possibilita a entrada de recursos e com eles se pode investir em outras áreas importantes para o desenvolvimento.

Gostaria de fazer esse registro, parabenizar Santa Catarina e dizer que espero que esse resultado traga um maior alento, principalmente para a nossa suinocultura catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário do PT, com a palavra a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, realmente o deputado Neodi Saretta, fez um belo discurso, dando informações muito boas com relação ao nosso estado.

Ainda usando o tempo restante do nosso partido, deputado Neodi Saretta, quero agradecer os votos recebidos, ontem, de parlamentares desta Casa para uma moção, redigida por nós, endereçada tanto a vereadora Marli Leandro quanto a deputada federal, do PCdoB, Jandira Feghali. Mas é com pesar e tristeza que, no dia de ontem, infelizmente, este Plenário não aprovou esta moção, de nossa autoria, em repúdio às violências sofridas pela vereadora Marli Leandro, da cidade de Brusque, e também pela nossa deputada federal Jandira Feghali, na Câmara Federal.

Srs. deputados, de repente não houve essa compreensão necessária, mas destaco que a violência física e verbal sofrida por essas parlamentares é, no mínimo, ofensiva a todas as

mulheres e a também a todos os homens, porque repudiamos esse tipo de ação que nos atinge na nossa militância e nas nossas lutas diárias, e para que o machismo deixe de ser tratado com panos quentes e jogado embaixo do tapete por conveniência, com interesse.

Tanto a deputada Jandira quanto a vereadora Marly foram agredidas dentro do próprio Parlamento, um espaço de trabalho e diálogo, local onde elas são incumbidas de representar homens e também milhares de mulheres.

Quando um vereador sugere que a sua colega de Parlamento deveria estar brincando de boneca, ou quando, além de dirigir palavras de baixo calão à sua colega, ele a agride fisicamente, nós, mulheres e homens do Parlamento, da comunicação, da mídia, da Educação, da Saúde, enfim, de toda a sociedade, não podemos nos silenciar diante de tais absurdos. E também nem ser partidários nesse momento.

O que assistimos no plenário, ontem, realmente foi um corporativismo partidário em defesa da sigla, e lamento isso, e suplantou, banalizou e simplificou a violência sofrida por duas grandes mulheres parlamentares que se superam cotidianamente para ocupar esse espaço, que é um espaço ainda masculino.

Compreendo e entendo a derrota ontem na votação nesta Casa, mas eu, particularmente, o nosso gabinete e a bancada feminina vamos encaminhar, sim, esse expediente tanto a vereadora Marli Leandro quanto a deputada federal Jandira Feghali.

O Sr. Deputado Cesar Valduga - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Cesar Valduga - Queria, primeiramente, parabenizar v.exa., deputada Ana Paula Lima, pela sua iniciativa.

Não podemos deixar, deputada, que esses espaços se transformem em um ringue. O Parlamento é um espaço para o grande debate, para discutir, enfim, o futuro da nação, de um estado, de um município.

Está de parabéns v.exa. por tomar a iniciativa de, através de uma moção, prestar solidariedade e, ao mesmo tempo, manifestar o seu repúdio. Aqueles parlamentares agiram de forma histórica, e quando deveriam ser um exemplo para a sociedade brasileira, acabaram sendo um mau exemplo.

Parabenizo v.exa. por sua iniciativa. Gostaria de subscrever esse documento!

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, mais uma vez, quanto ao massacre aos professores do Paraná, esta Casa também não aprovou uma moção dessa natureza. Nós temos que ser solidários com a nossa sociedade, independente de partido.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista - PP, PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, contando com a presença do deputado João Amin, quero dizer que tenho um tempo de 12 minutos e eu me disponho a utilizar a metade dele e ceder o restante ao deputado João Amin.

Mas queria comentar, nesta tribuna, sobre a responsabilidade que esta Assembleia Legislativa e que nós, deputados, temos com a estrutura do governo.

No Brasil e em Santa Catarina não faltam empreendedores. A nossa sociedade responde bem quando o governo lhe dá condições de fazer os empreendimentos. Todo mundo quer investir o seu capital e gerar lucros. Isto é a economia.

E a prova de que o brasileiro responde bem a isso foi justamente a transformação que ocorreu no Brasil, no governo de Fernando Henrique Cardoso. De 1994 a 2002 votamos inúmeras emendas constitucionais que permitiram a participação da sociedade dentro de investimentos que ajudaram a transformar o Brasil. Está aí este Brasil que passou por esse grande progresso que tivemos desde

o governo Fernando Henrique Cardoso até agora. E vejo que devemos continuar com essa marcha de mudanças e adequações, porque os tempos mudam e por isso temos que nos adequar justamente para permitir que se possa atender às necessidades sociais, fazendo os investimentos que o governo precisa fazer e que a sociedade também pode fazer.

Há algum tempo, o governo é que fazia tudo! Há menos de 20 anos, o telefone era algo que pertencia apenas aos mais abastados e ter telefone era uma credencial. Parecia que era impossível alguém inventar uma maneira de fazer com que todas as pessoas tivessem o telefone. Agora, num país com praticamente 180 milhões de habitantes, temos mais de 200 milhões de telefones, muitas pessoas até com dois celulares no bolso e mais o telefone de casa. E por quê? Para facilitar a comunicação.

Com relação à questão da energia elétrica, por exemplo, ela é fator indispensável, pois, afinal, tudo depende da energia, e energia que se transforma em várias coisas. Assim, precisamos disponibilizar grande quantidade de energia. E uma das mudanças feitas na Constituição foi porque até o ano de 1995, 1996 somente o governo podia gerar energia elétrica. E aí o governo não tinha recursos para investir e todo mundo ficava sem energia elétrica! E assim cada um de nós consegue imaginar a sua cidade, a sua região, onde os grandes patrões eram os que decidiam o que iam fazer e para quem iriam conceder energia elétrica para poder fazer algum investimento. E o restante da sociedade, inocente, sofria com essas decisões, porque somente o governo podia gerar energia elétrica.

Foi feita a mudança na lei e a partir de então o empresário, a sociedade, o investidor e o cidadão podem gerar energia elétrica, através das águas dos rios; energia através do sol, pela fotovoltaica; energia através do vento, pela energia eólica; energia através do gás e do carvão. Mas o grande problema foi que gerar energia e ficar em torno da sua fábrica, da sua geradora, não resolveu nada.

Eu recebi o prefeito Edelvanio Nunes Topanoti, de Bom Jardim da Serra, uma cidade extraordinária, uma região encantada pelo seu turismo. Mas lá o povo pobre vive favelado por falta de recursos, por não ter retorno de ICMS, de tributos para que se possa dar uma qualidade de vida melhor para essas pessoas.

No entanto, aquela cidade tem um potencial enorme na questão turística e o vento cruza sobre Bom Jesus da Serra com alta velocidade. Portanto, poderíamos ter lá um verdadeiro jardim de torres eólicas gerando grande quantidade de energia elétrica que iria atender a necessidade de Santa Catarina, a começar pela região serrana. No entanto, o que impede de a cidade produzir a energia - e há um investidor para produzir a energia - é que não há a transmissão.

No governo de Fernando Henrique conseguiu-se fazer com que fosse votado. Eu e o deputado Leonel Pavan, que na época éramos do PDT, partido que se dizia de Oposição ao governo, votamos favoravelmente ao projeto que permitiu a geração de energia. Mas não se conseguiu votar a questão da transmissão.

Quer dizer, hoje, temos pequenos rios que poderiam produzir quatro, cinco *mega* de energia. O governo do estado tem mais de três milhões de *mega* que poderiam ser produzidos. Isso equivale a um volume maior do que o rio Uruguai. E o rio ainda é menor do que a soma de centenas de pequenas PCHs que, somadas, dariam, então, aquele grande volume de energia elétrica.

No entanto, não é produzida alguma coisa por causa da questão ambiental, e não porque estão agredindo o ambiente, mas porque a Fatma não dá conta, pela sua amarração burocrática, de conseguir fazer a liberação ambiental. E depois, naturalmente, esbarra na questão da transmissão. Muitas vezes, o investidor não se encoraja de acelerar a construção, porque depois de feita não há rede de transmissão e daí ele não consegue vender o produto do seu investimento.

O Sr. Deputado Natalino Lazáre - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não! Concedo um aparte ao nobre deputado que já foi presidente da Fecam, deputado Natalino Lazáre.

O Sr. Deputado Natalino Lazáre - Deputado Serafim Venzon, este é um assunto apaixonante.

A maneira mais curta e justa de se fazer justiça social neste país, não resta a menor dúvida, é através do desenvolvimento econômico. E esse assunto que v.exa. traz é, de fato, de uma importância transcendental.

Nós vemos grandes iniciativas nesse setor e, v.exa. tem razão, órgãos burocratas do governo impedem exatamente isso. Quando v.exa. fala em alternativas de geração de energia, eu quero incluir mais uma: a agroenergia, através da produção do biogás que estamos tratando na comissão de Agricultura e que deve se tornar, se Deus quiser, um programa de governo, porque, além de produzir energia, vai resolver um problema ambiental.

Então, quero parabenizá-lo por essa discussão e gostaria de incentivá-lo e estar com v.exa. nessa questão de construirmos de fato um cenário favorável para que aos empreendedores, que têm coragem e até recursos para fazer isso, não lhes seja tolhida a liberdade de fazer com que esse país cresça.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Natalino Lazáre.

Nos últimos 15 dias, com a permissão de v.exas., eu estive durante dez dias numa viagem particular visitando a Alemanha. Chamou-me a atenção a quantidade de trens elétricos, de estradas duplicadas com três pistas e de energia elétrica que eles produzem, e mesmo não tendo rios, através do biogás e através de um arbusto parecido com a família dos repolhos, que tem uma grande quantidade de carboidratos e que, quando fermentado, produz gases e álcool. E com isso produzem a energia para os carros e para a geração da energia elétrica.

A Alemanha está numa posição geográfica no globo terrestre mais em direção ao Polo Norte do que o Brasil em direção ao Polo Sul. Então, quanto

à questão da geração energética fotovoltaica, lá o rendimento é menor do que aqui. Mas, mesmo assim, vê-se na beira das rodovias parques enormes de placas fotovoltaicas gerando energia elétrica.

E ao mesmo tempo em que vemos essas placas fotovoltaicas, que vemos a produção da energia elétrica através do biogás, vemos ainda, ao longo das rodovias, um número incontável de torres eólicas com aerogeradores produzindo energia elétrica. E na beirada daquelas grandes rodovias vê-se o trem elétrico transportando a sua economia.

De forma que nós, mesmo tendo um potencial enorme de água, de vento, de vontade e de recursos, não conseguimos fazer isso porque a nossa legislação nos emperra. Estamos trancados na burocracia e cabe ao Congresso Nacional, às Assembleias estaduais, enfim, a nós, políticos, encontrarmos uma forma de permitir que o país se desenvolva e que se tenha uma qualidade de vida melhor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Antes de entrar na Ordem do Dia, gostaria de dizer que a nossa Casa recebe a visita de uma autoridade italiana, o sr. Oscar De Bona, que é presidente da Associação Bellunese Nel Mondo, foi três vezes secretário de estado de Vêneto e duas vezes governador da província de Belluno. Ele está aqui acompanhado do ex-deputado federal e atualmente deputado estadual, Dr. Vicente Caropreso.

Assim como eu, os deputados Dr. Vicente Caropreso e Serafim Vezon têm nacionalidade italiana e, por isso, com muita honra, anunciamos a presença desta autoridade mundial que nos engrandece e deixa-nos muito felizes pela visita ao Parlamento de Santa Catarina.

Seja bem-vindo!

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0083/2015, e que

terá o seu encaminhamento conforme determina o Regimento Interno.

Ainda comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer contrário ao Ofício n. 0120/2013, e que terá o seu encaminhamento conforme o Regimento Interno.

Comunica, outrossim, que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0083/2015 e 0695/2014.

Também comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos ofícios n.s: 0028/2015, 0060/2015, 0065/2015 e 0074/2015.

Ainda comunica que a comissão de Prevenção e Combate às Drogas apresentou parecer favorável ao ofício n. 0007/2015.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0486/2015, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0487/2015, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0490/2015, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0491/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0492/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro.

Comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0418/2015, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0419/2015 e 0420/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Não mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Há sobre a mesa um requerimento com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"Senhor Presidente,

Os Líderes abaixo subscritos, requerem a Vossa Excelência, com amparo no art. 92 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, a suspensão por dez minutos, após a Ordem do dia, do dia 28 de maio do corrente ano, para manifestação do sr. Oscar De Bona, ex-Governador de Belluno, Itália, e atual Presidente da Feira de Longarone, que falará sobre a integração Brasil e Itália e os 140 anos da imigração italiana no Brasil.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 2015.

(a) Serafim Venzon

(Deputado Requerente)"[sic]

Todos os líderes também assinaram o requerimento.

Portanto, está suspensa a sessão por até dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) (Faz soa a companhia.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, gostaria de aproveitar este tempo para prestar contas, ainda, da viagem que fiz representando esta Casa, junto com a deputada Ana Paula Lima. Fomos à Alemanha, dias atrás, participar do 1º Seminário Internacional de Administração Tributária Brasil - Alemanha. Já foi exibido um vídeo sobre esse assunto do seminário, que foi parte da viagem, e agora quero exibir outro sobre a visita técnica que fizemos ao Porto de Hamburgo.

Como em Santa Catarina temos, numa linha marítima em 200km, cinco portos, ou seja, o Porto de Itapoá, o Porto de São Francisco do Sul, o Porto de Navegantes, o Porto de Itajaí e o Porto de Imbituba, este é um assunto que interessa muito ao estado.

E o Porto de Hamburgo, onde estivemos, no norte da Alemanha, é uma das maiores portas de entrada não apenas para a Europa, mas também para a logística marítima mundial.

Hoje temos uma força muito grande nessa área. Santa Catarina trouxe para cá a BMW e tantas outras empresas exatamente por essa maravilha que temos, que é exatamente a estrutura portuária do estado.

Como sempre, nas viagens que fazemos em missão pela Assembleia Legislativa, trazemos um relatório, em vídeo, para que todos possam saber como tratamos o assunto da viagem.

Assim, gostaria que a assessoria pudesse exibir um vídeo simples que fiz sobre o Porto de Hamburgo.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Sr. presidente, imaginem a minha alegria quando cheguei àquele porto. Para reprimir, o Porto de Itajaí tem 750m de área para a atracamento de carga e descarga de navios, e o Porto de Hamburgo tem 53km. Lá existem 130km de trilhos apenas para a movimentação interna dos contêineres. É impressionante! E quando chegamos a um porto desse tamanho, que atende, por vez, a 220 navios, descobrimos que o Porto de Hamburgo formou uma comissão para vir ao Brasil visitar o Porto de Itapoá e aprender técnicas modernas de logística para levar para aquele porto tão grande.

Então, quero fazer aqui uma referência muito especial ao Porto de Itapoá, e encheu-nos de orgulho quando chegamos lá e ficamos sabendo disso, porque, na verdade, Santa Catarina não é apenas essa excelência das suas indústrias, mas, principalmente, é também nessa área de exportação, de logística marítima, em que o mundo ainda continua fazendo os seus negócios pelos mares.

Foi de extrema importância essa visita técnica que eu e a deputada Ana Paula Lima fizemos. Como falei há pouco, Santa Catarina tem esse perfil de levar e buscar informação, de levar e buscar conhecimento, de levar práticas que fazemos aqui e buscar práticas que são realizadas em outras partes do mundo para que possam ser colocadas aqui.

Nesse momento, uma missão catarinense está lá na Europa, com parlamentares e líderes do governo estadual, para tratar de assuntos relacionados à nossa agropecuária também.

Então, quem pensa que sair do estado, buscar informação, levar ou trazer informação é perda de tempo, está muito enganado! Hoje, é preciso fazer isso! O governo que faz isso tem tudo para ser beneficiado. Ou os senhores acham que se não houvesse essas viagens, essa venda com a mala na mão, no bom sentido, do nosso estado, teríamos aberto o mercado, na Rússia e no Japão, de frango e de carne suína?! E precisamos fazer isso e esta Casa tem participado efetivamente dessa questão.

Por isso, mais uma vez, tenho orgulho de vir aqui fazer a prestação de mais uma das missões que recebi desta Casa, juntamente, desta vez, com a deputada Ana Paula Lima: essa viagem à Alemanha para participar 1º Seminário de Administração Tributária Brasil - Alemanha, a convite do Sindifisco, que é o Sindicato dos Fiscais da Fazenda de Santa Catarina.

Falando nisso, volto a dizer que é importante - e o Brasil persegue o exemplo tributário da Alemanha desde a época imperial - aprender o que a Alemanha fez na crise de 2009, cortando despesas, diminuindo isenções e benefícios fiscais, colocando a casa em dia para conseguir sobreviver. E exatamente isso que precisamos fazer. E tanto vale para o governo local como também para o governo federal. É preciso cortar despesas e verificar a questão tributária para que possamos sobreviver nessa crise que estamos passando, e ainda teremos que passar por mais algum tempo, neste país.

Mais uma vez, presto contas e fico feliz em saber que Santa Catarina não é apenas conhecida como o estado que tem cinco portos operando, mas é conhecida como um estado que tem um dos portos servindo de exemplo para o mundo. E quero aqui deixar registrado os meus parabéns para o Porto de Itapoá.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Muito obrigada, deputado Kennedy Nunes.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente sras. deputadas e srs. deputados, o deputado Kennedy Nunes falou, com conhecimento, das nossas riquezas e do que Santa Catarina tem para mostrar para o Brasil e o mundo. E, certamente, Santa Catarina conseguirá abrir mais portas mundo afora, mostrando tudo o que representa.

Quero dizer, deputado Kennedy Nunes, que fui convidado pelo governador Raimundo Colombo, do seu

partido, para representá-lo. Ontem, voltei a ser governador, porque fui representá-lo num ato em que ele receberia um troféu. Logo após a homenagem que prestamos à Udesc, ontem, fomos representar o governador num evento dos 40 anos da Apae de São José.

A comemoração dos 40 anos daquela Apae foi realizada num ginásio onde as pessoas necessitadas de atenção e carinho praticam esporte. Foi lá que recebemos o troféu das mãos da sra. Amélia, que demonstra realmente ter um envolvimento muito grande com essa entidade. O padrinho do evento foi o sr. Antônio, da AM Construções. Foi oferecido um jantar maravilhoso e eu tive a alegria de representar o governador do estado naquele momento. Já estou com o troféu e vou levá-lo ao governador.

Mas quero aqui, publicamente, cumprimentar todos os diretores daquela Apae, os coordenadores, os colaboradores e os pais. E àqueles que realmente precisam de nossa atenção e do nosso carinho, a nossa saudação especial!

Portanto, deixamos aqui o registro do evento de ontem: os 40 anos da Apae de São José.

Também quero fazer um registro importante sobre a família Fantin, do município de São Lourenço do Oeste, na pessoa da sra. Ida Fantin, matriarca daquela família que controla o grupo Parati, de São Lourenço do Oeste, do nosso amigo Angelo Fantin, uma pessoa muito querida.

A cidade de São Lourenço do Oeste vive em volta da Parati, uma empresa de porte que orgulha Santa Catarina e o Brasil. A família Fantin foi formada por filhos de agricultores que começaram a trabalhar muito cedo e anos depois construíram uma empresa que dá, sem dúvida alguma, um grande orgulho para todos nós, catarinenses.

Mas quero dizer que li uma reportagem em que a sra. Ida Fantin falou sobre a leitura, dizendo que quem quiser investir, tem que investir em livros - e isso dito por uma senhora de 80 anos, uma agricultora que nasceu pobre e hoje, graças a Deus, é muito bem conceituada e está muito bem de vida. Mas vejam o conselho dela: quem quiser

investir, invista em livros! As pessoas precisam ler. Assim ela dá um exemplo de como deve ser a Pátria Educadora do nosso país.

Quero fazer menção a isso e deixar registrado nesta Casa esse exemplo que a sra. Ida Fantin deu para todos nós, além desse amor que ela tem pelas pessoas e o incentivo que dá para que todos possam ler. Disse ela: "Se tivermos que investir, temos que investir em livros"! Ou seja, na leitura!

Parabéns à família Fantin e a sra. Ida Fantin!

Também quero aproveitar este momento para dizer que ontem conversei com alguns empresários da construção civil e na ocasião o meu amigo Hélio disse o seguinte: "Pavan, a crise está grande! Nós estamos passando por dificuldades enormes". Eu não sei como ainda há pessoas que tentam tapar o sol com a peneira. É inegável que a crise chegou nos nossos lares, no comércio, nas indústrias, na construção civil, e que as dificuldades estão aumentando.

E por que a crise chegou de repente? Aliás, nós já sabíamos, em 2013, 2014, que em 2015 a crise viria. Já se falava que, independente de quem governar o Brasil, em 2015 teríamos uma crise. Se já se previa essa crise, por que não trabalharam nesse sentido de evitar que isso ocorresse?

Mas quem é o responsável? De onde vem essa crise? De onde surgem as ideias, os conselhos e os comandos para que se distribua melhor a renda, para que sejam gerados mais empregos, para que se movimentem mais as nossas indústrias e o nosso comércio, para que se distribuam melhor os recursos para estados e municípios? De quem é essa má gestão? Quem são os comandantes? É lógico que é o governo federal!

Já faz 12 anos que estão governando um país, onde, nos primeiros quatro anos, houve uma sequência de Fernando Henrique Cardoso e aplaudiram; houve um processo de crescimento, com o Brasil subindo, desenvolvendo-se. Depois vieram mais quatro anos, chegaram ao topo, não conseguiram manter, o Brasil começou a descer e

hoje estamos sofrendo uma das piores crises da nossa história. É preciso entender isso! Não é possível que, às vezes, pessoas busquem artifícios, algumas notícias, para demonstrar que não é bem assim.

Ora, todos os dias nós nos deparamos, no jornal, no rádio e na televisão, com comentaristas, cientistas políticos e economistas falando da situação grave que o país está passando neste momento. As dificuldades são claras, é latente, estamos sentindo isso todos os dias. E precisamos fazer com que as pessoas também não acatem a crise e encolham-se. Nós precisamos reagir pelo menos com a autoestima! Eu sei que a autoestima do povo brasileiro está caindo, mas precisamos reagir, buscar energia, continuar mostrando o nosso produto e falando do nosso mercado, da nossa indústria e do nosso comércio. Porque se a sociedade se acomodar ao sentir que a crise está ocorrendo dentro dos seus lares, na própria família, ou até na convivência familiar, aí, sim, a crise será maior.

Nós precisamos ter uma reação inversa. É inegável que existe essa crise econômica, mas precisamos reagir! Nós não podemos nos acomodar!

Eu reuni a minha família, recentemente - somos também construtores, o meu filho tem uma construtora, e também temos um comércio -, e todos falaram que a situação está difícil. Respondi dizendo que é claro que está difícil, mas precisamos reagir! Temos que sair às ruas para mostrar o nosso produto e conversar com as pessoas! Temos que superar a crise, porque se esperarmos calados, quietos, e ficarmos em casa, a situação ficará pior.

Por que falamos isso? Porque recebemos aqui inúmeras pessoas que vêm nos procurar dizendo que perderam o emprego e precisam trabalhar; outras que têm que pagar os estudos; outras que precisam comprar remédios. Isso realmente está acontecendo e não temos, muitas vezes, como resolver esse problema. Mas não podemos achar que a crise nacional vai nos abater e desanimar-nos. Temos que reagir, pelo menos, com as nossas forças humanas,

ir para as ruas, erguer a cabeça e combater de frente essa situação dramática pela qual está passando, hoje, o nosso país. Lamentavelmente, o Brasil precisa de gestão!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Muito obrigada, deputado Leonel Pavan.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queria fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.